

CLIPPING INTERNET 19/02/2016 ATÉ 19/02/2016



INDÍCE

1	COMARCAS	
	1.1 BLOG DOMINGOS COSTA	1
2	DECISÕES	
	2.1 BLOG DO NETO FERREIRA	2
	2.2 BLOG DOMINGOS COSTA	3
	2.3 BLOG LUÍS CARDOSO	4
	2.4 BLOG MARCELO VIEIRA	5
	2.5 IMIRANTE.COM	6
3	ESMAM	
	3.1 BLOG AQUILES EMIR	7
4	FÓRUM DE SÃO LUÍS	
	4.1 BLOG GENIVALDO ABREU	8
5	JUIZADOS ESPECIAIS	
	5.1 IMIRANTE.COM	9
6	SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS	
	6.1 IMIRANTE.COM	10
7	VARA CRIMINAL	
	7.1 SITE 0 PROGRESSO	11



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - ESMAM 19/02/2016 - BLOG AQUILES EMIR POSITIVA

Livro sobre Alienação Familiar Induzida é lançado na abertura do Projeto Happy Hour Cultural da Esmam

Livro sobre Alienação Familiar Induzida é lançado na abertura do Projeto Happy Hour Cultural da Esmam

A Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam) lança nesta sexta-feira (19), às 17h, o projeto institucional 'Happy Hour Cultural', cuja primeira edição acontece com o lançamento do livro "Alienação familiar induzida: aprofundando o estudo da alienação parental", de autoria da assessora jurídica e servidora do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Bruna Barbieri Waquim.

O livro é originário da dissertação de Mestrado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), defendida pela servidora, no ano de 2014. Os resultados da pesquisa, na área, também já foram apresentados pela autora em congressos na Espanha e em Portugal. Bruna é, ainda, especialista em Direito Civil e Processo Civil e Direito de Família e Sucessões.

Com a iniciativa, a ESMAM pretende proporcionar um espaço de lançamento de obras e divulgação de talentos de servidores do Poder Judiciário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES 19/02/2016 - BLOG DO NETO FERREIRA POSITIVA Notas da manhã

Notas da manhã

ICMS

As Segundas Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão indeferiram em sessão realizada dia 5 de fevereiro de 2016, em São Luís, o Mandado de Segurança 62.207/2015 ajuizado pelo Sindicato dos beneficiadores de arroz do Estado do Tocantins (Sindiato), contra a Portaria 390/2015 que instituiu a cobrança do ICMS complementar na entrada de mercadorias de outros Estados com benefícios fiscais ilegais.

A portaria 390/15 da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) dispõe sobre a complementação da alíquota do ICMS, na entrada de mercadorias e serviços provenientes de unidades da Federação que concedem benefícios fiscais não autorizados por convênio celebrado no Confaz nos termos da Lei Complementar Federal 24/75.

A decisão foi adotada com base no relatório do desembargador Lourival Serejo e a defesa do Estado foi coordenada pela Procuradoria Geral do Estado.

Santa Inês "respira novos ares"...

Justiça anulou sessão realizada na Câmara Municipal na segunda (15). Ribamar Alves, suspeito de estupro, foi afastado, mas pode recorrer.

Os santa-inesenses respiram novos ares. foi empossado na manhã desta quinta-feira (18) o novo prefeito de Santa Inês (MA), Ednaldo Alves Lima (PT), o Dino do PT. Após o impasse criado depois da prisão do ex-prefeito Ribamar Alves (PSB), suspeito por estupro a uma jovem de 18 anos.

"Vamos atuar dentro da lei, da legalidade, da transparência. Dar atenção, principalmente, à saúde e educação", disse Ednaldo Lima após tomar posse na Câmara Municipal de Santa Inês.

Na quarta-feira (17), a Justiça anulou a sessão realizada na Câmara Municipal na segunda-feira (15), determinou o afastamento do prefeito Ribamar Alves e ordenou que o vice-prefeito seja empossado.

"A própria sessão em si. O ato de convocação dessa sessão, o dia de realização da sessão. O agente público, ele não pode agir de acordo com a sua vontade. Ele tem de cumprir o que dispõe a lei. O regimento interno da Câmara diz que todas as sessões ordinárias acontecerão nas sextas-feiras, das 10h às 12h. Ele diz também que é proibido, é vedada a apresentação e deliberação de requerimento em sessões solenes, e foi apresentado, foi realizada uma sessão em um dia de segunda-feira, ela foi convocada durante o período de recesso, não observou nenhuma das previsões legais", diz a advogada do novo prefeito - Ednaldo Lima -, Edna Andrade.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES 19/02/2016 - BLOG DOMINGOS COSTA

conspirador"">Anajatuba: Quando o trágico acontece a um "traidorconspirador"

conspirador"">Anajatuba: Quando o trágico acontece a um "traidorconspirador"

José de Arimatéias, de traidor/conspirador à secretário, que dirigindo um carro oficial da prefeitura matou uma mãe de família.

Dando continuidade ao post publicado ontem: "Sidney Pereira mandou esconder veículo da prefeitura de Anajatuba que matou mãe de família", é preciso fazer mais dois esclarecimentos.

Primeiro, a Polícia Civil já abriu inquérito para apurar o caso. Segundo, é bom que fique mais claro à sociedade quem realmente é José de Arimatéias Marinho Carvalho, atual Secretário Municipal de Assistência Social de Anajatuba - o motorista da Ranger da prefeitura que matou a senhora Noelma de Jesus Lima Frazão, 35 anos na última terça-feira (09) de carnaval - na BR 135, no povoado Outeiro, município de Itapecuru-Mirim.

José Arimatéias era aliado do prefeito afastado Helder Aragão. Saiu de vigia e tornou-se funcionário da secretaria municipal de Educação. A pedido de Helder, o funcionário foi para dentro da pasta ocupar um cargo de confiança, mas não demorou para trair o gestor.

Trama

Seduzido pelo então vice-prefeito, atual gestor anajatubense Sidney Pereira (sem partido), Arimateia foi convencido a fazer parte de um plano de conspiração para afastar Helder da Prefeitura.

De cabeça feita e certo que seria retribuído caso a trama fosse concretizada, fez uma denúncia na Polícia Federal sobre uma suposta fraude no Censo Escolar do município.

Curiosamente, José Arimatéias era um dos responsáveis por alimentar junto ao Ministério da Educação o sistema com as informações dos alunos matriculados.

Enfim, o fato é que por decisão judicial, o prefeito Helder foi afastado do cargo; Sidney assumiu o comando dos cofres do município, e o "traidor", foi alçado [leia-se promovido] à secretário de Assistência Social, prêmio este como forma de retribuição por ter feito a denúncia de enxertados de alunos fantasmas matriculados no MEC.

Por infelicidade do destino, o "traidor" se envolveu no trágico acidente automobilístico, exatamente com um carro oficial da prefeitura, que resultou na morte de uma mãe que deixa dois filhos menores.

Lamentável!



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - CGJ - FÓRUM DE SÃO LUÍS 19/02/2016 - BLOG GENIVALDO ABREU POSITIVA Galeria dos Ex-Diretores do Fórum resgata a história da Magistratura maranhense

Galeria dos Ex-Diretores do Fórum resgata a história da Magistratura maranhense

A Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), representada pelo presidente Gervásio Santos, marcou presença na solenidade de inauguração da galeria de diretores do Fórum Desembargador Sarney Costa, ocorrida na manhã desta quinta-feira (18). A cerimônia, no hall térreo do Fórum de São Luís, reuniu homenageados, familiares dos diretores já falecidos, desembargadores, juízes, servidores do Judiciário e outros operadores do Direito. Além de resgatar a história do órgão, desde a inauguração da sede definitiva, no bairro do Calhau, em 1988, a iniciativa presta homenagem aos magistrados que dirigiram o fórum ao longo de quase 30 anos e ajudaram a construir a história da instituição. Integram a galeria 17 ex-diretores.Dentre os presentes na cerimônia, esteve o primeiro diretor do Fórum na área criminal, José Ribamar Andrade, com 90 anos de idade e desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). "Sinto-me um homem feliz e realizado, na plenitude da minha vida pessoal; que começou a vida profissional como advogado e chegou até desembargador", disse, emocionado ao receber a condecoração.Durante a cerimônia, o presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, elogiou a iniciativa da Diretoria do Fórum de São Luís em criar a galeria que, segundo ele, além de homenagear os magistrados pelos relevantes serviços prestados na administração do órgão, faz o resgate e registro da memória do Judiciário maranhense. "Se fôssemos fazer isso daqui a 30 anos não teríamos mais essas informações. Quando formos escrever a história daqui a 40 ou 50 anos já temos parte dela registrada nesta galeria", acrescentou.O presidente da AMMA, Gervásio Santos, também se manifestou durante a cerimônia, destacando que está sendo escrita mais uma página na história do Judiciário maranhense e que a Galeria dos Presidentes é um reconhecimento ao trabalho de todos os magistrados, de ontem e de hoje, que não medem esforços para melhorar os serviços prestados pelo Fórum de São Luís.Gervásio destacou que, para ele, é mais que uma satisfação, na verdade, é um orgulho, na condição de representante da AMMA, participar da solenidade, pois é ciente do compromisso dos juízes em prestar um serviço de qualidade à sociedade. Destacou os avanços obtidos no Fórum, hoje melhor equipado, mas afirmou que mesmo assim, a magistratura maranhense continua firme no propósito de avançar cada vez mais. "Um dia, nós ainda haveremos de chegar ao nível ideal", afirmou.PLACASAo homenagear os ex-diretores, com a entrega de placas, a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, destacou a importância do trabalho realizado por cada um na gestão do fórum. "Que as novas gerações se inspirem na capacidade de trabalho, no talento e no profissionalismo dos que administraram o órgão", destacou na homenagem. As placas foram entregues também pelo presidente do TJMA e pelo presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Gervásio dos Santos.O atual diretor e um dos homenageados, Sebastião Lima Bonfim, em seu discurso fez um resgate da história do fórum que ele volta a administrar pela quarta vez (biênio 2016/2017). "Essa árdua tarefa, como conhecido daqueles que já a desempenharam, exige muito além da dedicação de horas a mais de serviço; exige entrega", disse. O magistrado ressaltou que reconhece nessa tarefa um desafio assumido no sentido de otimizar as condições de trabalho e permitir a promoção contínua do efetivo acesso à prestação jurisdicional. "Notadamente se considerado que tal garantia constitucional não se implementa, muito menos satisfatoriamente, se não houver recursos físicos, humanos, tecnológicos, financeiros e materiais que lhe sirvam de suporte", acrescentou Sebastião Bonfim.Helena Barros Heluy, viúva do juiz José Ribamar Goulart Heluy, primeiro diretor do fórum, na área cível, em 1988, destacou, durante a cerimônia, que a galeria é uma iniciativa louvável da atual diretoria do órgão em manter viva a memória dos magistrados que administraram o fórum. "Essa importância se torna maior na medida em que, preservando essa memória, faz-se a história de uma forma real e, sobretudo, o reconhecimento ao trabalho que eles realizaram", enfatizou.Histórico Construído em 1988, no bairro do Calhau, o fórum teve, simultaneamente, como diretores na primeira gestão os juízes José Ribamar Andrade (criminal) e José Ribamar Goulart Heluy (cível). No ano seguinte o órgão passou a ser dirigido pelo juiz Antônio Carlos Medeiros, até 1991. Foram gestores também os então juízes e depois desembargadores Madalena Alves Serejo, Nelma Celeste Sarney, Raimundo Freire Cutrim, José Joaquim Figueiredo dos Anjos, Megbel Abdala Tanus, José Bernardo Silva Rodrigues, João Santana Sousa e Raimundo José Barros de Sousa.O

fórum teve como diretores também os juízes Raimundo Moraes Bogéa, Jesus Guanaré de Sousa Borges, Alexandre Lopes de Abreu, Alice Prazeres Rodrigues e Osmar Gomes dos Santos.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES 19/02/2016 - BLOG LUÍS CARDOSO

Temendo ser enjaulado pela morte de colega, vereador de Barra do Corda recorre ao STJ

Temendo ser enjaulado pela morte de colega, vereador de Barra do Corda recorre ao STJ

Paulim bandeira, prefeito Eric Costa e Aldo Andrade

O assassinato cruel do vereador Aldo Andrade de Barra do Corda continua na memória da população daquela cidade. O pior de tudo é o sentimento de impunidade. A polícia descobriu tratar-se de crime de encomenda. A autoria recaiu sem sobras de dúvidas, conforme as investigações, sobre o também vereador Paulim Bandeira, do PCdoB, partido do governador Flávio Dino.

Como já sofreu duas condenações no Tribunal de Justiça do Maranhão, o vereador recorreu no último dia 27 de janeiro ao Superior Tribunal de Justiça, pedindo um habeas corpus preventivo para não ser preso. O ministro Félix Fischer é o relator. O júri popular deve ser feito nas próximas semanas pelo morte de Aldo Andrade.

O assassinato em Barra do Corda, uma semana antes do pleito de 2012, para boa parte dos vereadores teve conotação política. E tinha por objetivo relacionar o nome do grupo do prefeito Nenzin e garantir a vitória do candidato adversário, além de impedir a vitória de Aldo Andrade e favorecer Paulim Bandeira.

Veja abaixo o pronunciamento à época do ex-líder do governo Professor Roberto (PT) que denunciou o complô para matar Aldo Andrade:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES 19/02/2016 - BLOG MARCELO VIEIRA POSITIVA Justiça dá prazo de 45 dias para prefeitura de Tutóia reformar hospital Municípal

Justiça dá prazo de 45 dias para prefeitura de Tutóia reformar hospital Municípal

O Município de Tutóia tem prazo de 45 dias para reformar e fazer as adaptações necessárias ao adequado funcionamento do Hospital Lucas Veras e dos Postos de Saúde daquela municipalidade.

A decisão é da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que manteve antecipação de tutela concedida pelo juiz da comarca, Rodrigo Otávio Terças, e fixa multa diária de R\$ 5 mil em caso de descumprimento, nas pessoas do prefeito e secretário de saúde, sem prejuízo das sanções penais.

A ordem se originou de ação ajuizada pelo Ministério Público Estadual (MPMA) objetivando obrigar o Município a realizar a recuperação e manutenção das unidades de saúde, em razão das precárias condições de funcionamento constatadas em relatório de inspeção da Vigilância Sanitária do Estado.

Inconformado com a decisão do juiz Rodrigo Otávio Terças, o Município pediu sua modificação alegando que o relatório utilizado foi feito um ano atrás e que, nesse período, a estrutura do hospital mudou sensivelmente, apresentando condições distintas com a realização de reformas, aumento no número de profissionais, troca de materiais e aquisição de novos equipamentos. O MPMA afirmou que as mudanças afirmadas pelo ente municipal não aconteceram.

O relator do processo, desembargador Jorge Rachid, considerou estarem presentes os requisitos legais para a manutenção da decisão de primeira instância, frisando a excepcional possibilidade de determinação do Poder Judiciário nos casos em que há omissão administrativa contrária à lei, sem que isso importe em afronta ao princípio da separação dos poderes.

Para o magistrado, ficou demonstrado no processo que as unidades de saúde do Município não possuem condições estruturais e de higiene, apresentando situação precária de funcionamento e causando risco iminente à saúde pública.

O desembargador observou ainda a proteção que merecem os direitos fundamentais à saúde e à higiene, enquanto deveres do Estado que devem ser garantidos através de políticas públicas.

"Recomenda-se inclusive, a interdição, o que remete a uma contraposição de direito constitucional, de um lado o poder discricionário do Município e de outro o direito à vida e à obrigação do agravante em dispor à população qualidade higiênica, e de saúde", assinalou



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES 19/02/2016 - IMIRANTE.COM POSITIVA

Justiça determina normalização do fornecimento de água a pedido do MP-MA - Imirante.com/Imperatriz

Justiça determina normalização do fornecimento de água a pedido do MP-MA

SÃO PEDRO D'ÁGUA BRANCA - Em atendimento a Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Maranhão (MP-MA), a Justiça concedeu, nessa quarta-feira (17), liminar para obrigar a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) a regularizar, no prazo de 24 horas, o abastecimento de água no município de São Pedro da Água Branca.

Para efetivar a medida, de acordo com a decisão judicial, a empresa deve realizar a substituição da bomba de abastecimento do poço P2A, localizado na rua Gaspar Dutra, por outra de potência adequada para o correto bombeamento de água na cidade.

Caso a ordem não seja cumprida, a Justiça fixou multa diária no valor de R\$ 10 mil até o limite de R\$ 150 mil.

Na Ação Civil, o promotor de justiça Eduardo Antonio Ferreira Zaque, titular da Comarca de São Pedro da Água Branca, informou que a falta de água atinge a população do município desde o dia 9 de fevereiro, em decorrência da queima da bomba do poço P2A.

Por meio de depoimentos de moradores, fotografias e inspeção do Ministério Público, na Ação Civil foi demonstrado todo o drama enfrentado, sobretudo, por idosos e crianças, para suprir a falta d'água, que têm de se deslocar até uma propriedade rural distante cerca de 3,5 quilômetros da sede do município.

Na sentença, o juiz da comarca, Bruno de Andrade Miranda, considerou a situação "absurda e vexatória", principalmente porque o tratamento e o abastecimento de água são considerados serviços essenciais, e a sua ausência "coloca em perigo iminente a sobrevivência, a saúde e a segurança da população".



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - CGJ - JUIZADOS ESPECIAIS 19/02/2016 - IMIRANTE.COM POSITIVA

Açailândia: juizado promove leilão judicial este mês - Imirante.com/Imperatriz

Açailândia: juizado promove leilão judicial este mês

AÇAILÂNDIA - O Juizado Especial Cível e Criminal de Açailândia promove um leilão de bens no próximo dia 29 de fevereiro. Na pauta do leilão, um caminhão ano 2005, avaliado em R\$ 28.000, integrante de auto de execução, devendo ser vendido para que, com o dinheiro apurado, possam ser pagos o credor, as custas e as despesas do processo de execução.

O leilão será realizado a partir das 8h20 nas dependências do Juizado de Açailândia, que fica na rua Santos Dumont, Centro. De acordo com o edital assinado pela juíza titular Manuella Viana Ribeiro, caso o bem não alcance lance superior à avaliação, um segundo leilão já está marcado para o dia 29 de março, desta vez sendo o bem arrematado na modalidade maior lance.

Qualquer um pode comparecer e assistir a uma hasta, porque se trata de um ato público. Porém, não são todas as pessoas que podem dar lances e há uma série de exigências que devem ser atendidas por quem queira dar lances. Para a alienação dos bens são, em geral, designadas duas datas, ou seja, duas praças ou dois leilões.

Na primeira praça ou no primeiro leilão os bens têm de ser alienados por montante que seja superior ao valor da avaliação. Na segunda praça ou no segundo leilão os bens podem ser alienados por montante inferior ao valor da avaliação e o lance mínimo aceitável corresponderá ao quanto determinado pelo juiz.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - CGJ - SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS 19/02/2016 - IMIRANTE.COM

Corregedoria da Justiça cria núcleo para melhoria dos serviços cartorários no MA - Imirante.com

Corregedoria da Justiça cria núcleo para melhoria dos serviços cartorários no MA

SÃO LUÍS - A Carteira de Identidade dos maranhenses deverá indicar o nome do cartório que emitiu o documento de origem apresentado no ato de emissão do Registro Geral (RG), para facilitar a emissão da segunda via no caso de perda ou roubo. Essa é uma das 26 ideias iniciais em estudo pela nova gestão da Corregedoria Geral da Justiça para melhorar os serviços notarias e registrais para a sociedade.

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, solicitou ao secretário de segurança pública do Estado, Jefferson Portela, por meio de ofício, providências para incluir no RG o nome da serventia onde está registrado o documento de origem utilizado para a emissão da carteira de identidade. Hoje, as informações disponíveis são apenas o nome do documento de origem, o livro e a folha do registro, mas não indicam o cartório.

NAE

Para por em prática essa e outras 20 propostas de melhoria do serviço extrajudicial, a Corregedoria criou o Núcleo Avançado Extrajudicial (NAE) no âmbito do Poder Judiciário, formado por magistrados, cartorários e servidores da Justiça, que se reúnem mensalmente para discutir e encontrar soluções para incrementar a prestação dos serviços extrajudiciais no Estado.

Compete ao NAE discutir ideias, apresentar propostas, estratégias e ações relacionadas aos serviços extrajudiciais para que funcionem de modo eficiente e adequado, como determina a Lei n^{o} 8.935/94. "O nosso objetivo, com essa ação, é apresentar soluções para a excelência na prestação dos serviços notariais e de registro", ressaltou a desembargadora.

A juíza auxiliar da CGJ, Sara Gama, preside o núcleo, composto pelos membros: Celerita Dinorah, diretora do FERJ; Felipe Truccolo (1º Ofício Extrajudicial de Paço do Lumiar); Rosseline Privado Rodrigues (2º Zona de Registro Civil das Pessoas Naturais); Rafael Duarte Ribeiro, coordenador das serventias; Álvaro Matos Neto, analista judiciário e Lourival Ramos Júnior, técnico.

A iniciativa cumpre a disposição da nova gestão da Corregedoria de realizar uma gestão compartilhada, com a participação de todos os envolvidos no planejamento e execução das ações fiscalizadas pelo Judiciário, como, no caso, o serviço extrajudicial, que tem gerência privada e finalidade pública.

Os serviços notariais e registrais são exercidos por gestores privados por delegação do poder público e sob a fiscalização do Poder Judiciário por meio da Corregedoria Geral da Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - CGJ - VARA CRIMINAL 19/02/2016 - SITE O PROGRESSO NEUTRA

Detenta de Imperatriz conquistou vaga em curso superior

Detenta de Imperatriz conquistou vaga em curso superior

Hemerson Pinto

A notícia encheu de alegria a família, amigos, a direção e funcionários da Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz. Dos 68 internos que fizeram o Exame Nacional do Ensino Médio na edição destinada a pessoas privadas de liberdade, o Enem PPL, cinco foram mulheres.

Uma delas, Vanessa, que há dois anos e seis meses cumpre pena sob acusação de tráfico de drogas. Ela fez 800 pontos na redação, o que a credenciou a uma das vagas do curso de Serviço Social por meio do ProUni. A bolsa integral é para uma das faculdades de Imperatriz.

Ao receber a notícia da aprovação, a direção da Unidade conversou com a jovem, que autorizou a matrícula na instituição de ensino. O curso não é exatamente o que ela quer num primeiro momento, mas está decidida: "Vou fazer, concluir, trabalhar na área e pagar um curso de Nutrição. Esse, sim, é o meu sonho".

As aulas vão iniciar na próxima segunda-feira e, por enquanto, Vanessa vai aguardando uma resposta da Justiça, se vai ou não liberar a interna para cursar o ensino superior. A direção da Unidade de Ressocialização aposta no bom comportamento de Vanessa dentro da unidade, no fato de ser primária, e já buscou apoio do Ministério Público e das Varas Criminais com o objetivo de obter uma resposta favorável à detenta.

A mãe de Vanessa também está confiante, acreditando na filha que, segunda ela, "sempre foi muito estudiosa e antes mesmo de entrar nessa situação, fazia curso técnico e já sonhava com uma faculdade. Nunca desestimulei nem ela. Conseguiu fazer a prova, foi aprovada pelo ProUni e nós queremos acreditar que a Justiça vai colaborar. Ela agora vai ter um novo rumo na vida. Está determinada", diz.

E Vanessa: "Quero esquecer o que passou. Tenho uma nova meta agora. E o que digo a pessoas que estão na mesma situação que a minha é que estudem. Estudem. O estudo abre portas", disse à nossa reportagem.